



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Relatório e Contas 2022



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Centro Assistência Paroquial de Caria com o número de identificação de pessoa coletiva 501 636 633

Sede: Urbanização Ceca do Conde, Rua do Lar, 6250-111 Caria.

Natureza da atividade

O Centro Assistência Paroquial de Caria é uma entidade sem fins lucrativos, foi constituída em 1986. O fundo patrimonial inicial da instituição é de 38.507,20 euros. Tem por atividade principal o apoio social para pessoas idosas com alojamento a que corresponde e CAE 87381.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro “NCRF” pela primeira vez em 2012 aplicando para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2012, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF .Foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, A Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes e Outros passivos correntes".

4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the name 'Mabeu' and various initials.



[Handwritten signatures and initials]
ma bene

das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, some with the word 'mabeu' written below.

(iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Centro de Assistência Paroquial de Caria adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FICO (first in, first out).

Os inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores / beneméritos / patrocinadores / associados / membros, que se encontram com saldo final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registadas no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a Receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'na bene' at the bottom.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no Fundo Patrimonial gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.8. Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o mesmo montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir um fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4.2.9. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto *“As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”*.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



Handwritten signature and initials in blue ink.

4.2.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. a receber ou a Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento restituir.

4.2.11. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2022 e em 31/12/2021 detalha-se conforme se segue:



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signature and initials in blue ink.

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2022	31-12-2021
Caixa (*)	11	2.482,00	207,41
Depósitos à ordem	12	126.515,99	69.359,90
Total		128.997,99	69.567,31

(*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não se verificaram alterações dignas de registo

7 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na rubrica “Fundos Compensação Trabalho”, foi o seguinte:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Fundos compensação trabalho	19.022,48	17.702,90
Total	19.022,48	17.702,90

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2022					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.818,37
Aquisições					932,00	932,00
Saldo final	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	3.361,25	373.750,37
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	184.927,06	88.685,26	76.004,09	4.448,92	2.429,25	356.494,58
Depreciações exercício	1.663,29	3.215,45		21,22	12,94	4.912,90
Saldo final	186.590,35	91.900,71	76.004,09	4.470,14	2.442,19	361.407,48
Ativo líquido	7.089,07	4.334,76			919,06	12.342,89

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signature and initials in blue ink.

Descrição	2021					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.818,37
Saldo final	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.818,37
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	183.034,85	85.202,86	76.004,09	4.323,47	2.429,25	350.994,52
Depreciações exercício	1.892,21	3.482,40		125,45		5.500,06
Saldo final	184.927,06	88.685,26	76.004,09	4.448,92	2.429,25	356.494,58
Ativo líquido	8.752,36	7.550,21		21,22		16.323,79

9 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas", é detalhado como se segue:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Saldo inicial	5.054,73	5.599,66
Compras	148.263,88	142.554,27
Saldo final	3.214,65	5.054,73
Gasto no exercício	150.103,96	143.099,20

10 CREDITOS A RECEBER (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica "créditos a receber" é detalhado como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Creditos a receber - Utentes	7.849,18	9.877,47
Total	7.849,18	9.877,47

11 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 os saldos na rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Imposto sobre valor acrescentado		
Restituições IVA	5.005,42	4.776,11
Total	5.005,42	4.776,11



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

12 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 os saldos na rubrica “Diferimentos” apresentava um saldo de 705,23 euros e 571,24 euros respetivamente, correspondente a seguros liquidados em 2022 referente a gastos a considerar em 2023.

13 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Outros ativos correntes”, é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Compensação remuneração educadoras	12.000,00	
Caução processo 87/21,278		14.700,00
Despesas utentes - Farmácia	1.746,05	2.102,89
Total	13.746,05	16.802,89

14 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “outros ativos correntes” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	2.482,00	207,41
Depósitos à ordem	126.515,99	69.359,90
Total	128.997,99	69.567,31

15 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Fundo patrimonial	38.507,20	38.507,20
Outros instrumentos do capital próprio	140.440,15	140.440,15
Resultados transitados	-289.964,30	-146.275,69
Resultado líquido do período	-10.133,10	-144.497,49
Total	-121.150,05	-111.825,83

16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Foi contratado com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 60.000,00 euros pelo prazo de 60 meses, com uma carência de 18 meses.



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signatures and initials in blue ink.

17 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica "Fornecedores" apresentava um saldo de 23.981,40 euros e 45.576,13 euros, respetivamente.

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Retenção impostos sobre o rendimento	3.147,25	5.108,63
Imposto sobre o valor acrescentado	1.023,94	890,55
Contribuições para a segurança social	13.743,92	27.506,68
PE/62/2020		394,57
FCT/FGCT	324,51	314,03
Total	18.239,62	34.214,46

19 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Outros passivos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Pessoal	18.045,15	
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	162.160,00	112.711,68
Credores por acréscimo de gastos - outros	300,00	
Total	180.505,15	112.711,68

20 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2022	31-12-2021	
Vendas			
Produtos Higiene pessoal (produtos incontinência)	18.446,36	18.811,10	-1,94%
Prestação de serviços			
Mensalidades/Matriculas	444.452,01	391.879,46	13,42%
Comparticipações utentes	24.599,10	16.379,75	50,18%
Quotas/joias	371,52	480,00	-22,60%
Total	487.868,99	427.550,31	14,11%



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signatures and initials, including the name 'Inalene' at the bottom right.

21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Subsídios à exploração" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		
	31-12-2022	31-12-2021	Variação
I.S.S. - I.P. - Acordos cooperação	520.978,38	466.625,91	11,65%
Autarquias	2.414,18	11.007,54	-78,07%
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	160,00	363,76	-56,01%
Programa ADAPTAR Social +		1.558,00	-
Subsídio Layoff/Apoio Retoma		11.042,12	-
Subsidio eventual	1.165,00		-
IAPMEI-Retribuição Mínima Mensal Garantida	1.624,00	1.225,25	32,54%
Doações	3.854,83	3.369,21	14,41%
Total	530.196,39	495.191,79	7,07%

22 CUSTO EXISTÊNCIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "CMVMC" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		
	31-12-2022	31-12-2021	Variação
CMVMC	150.103,96	143.099,20	4,90%
Total	150.103,96	143.099,20	

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		
	31-12-2022	31-12-2021	Variação
Trabalhos especializados	15.669,26	22.250,77	-29,58%
Publicidade e propaganda	20,40		-
Vigilância e segurança	599,02	298,28	100,82%
Honorários	33.272,00	36.141,53	-7,94%
Serviços bancários	90,15	222,67	-59,51%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	882,77	3.038,06	-70,94%
Material de Escritório	1.459,07	670,57	117,59%
Material para limpeza, higiene e conforto	27.901,45	48.801,35	-42,83%
Material para conservação e reparação de bens	7.404,92	8.869,92	-16,52%
Artigos para oferta	363,15	118,00	207,75%
Material didático		627,68	-
Electricidade	8.625,22	6.763,74	27,52%
Combustíveis	4.698,31	3.368,73	39,47%



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signature and initials.

Descrição	Período		Variação
	31-12-2022	31-12-2021	
Água	420,86	925,63	-54,53%
Gás	16.503,46	22.609,03	-27,01%
Gasóleo aquecimento	13.626,24	15.657,65	-12,97%
Deslocações e Estadas	159,32	-	-
Rendas e alugueres	305,05	-	-
Comunicação	2.130,54	2.158,58	-1,30%
Seguros	1.535,13	1.252,16	22,60%
Outros Serviços	794,37	1.114,15	-28,70%
Total	136.460,69	174.590,22	-21,84%

24 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o número médio de funcionário foi de 58 e 60, nos dois anos, e a rubrica "Gastos com o pessoal" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2022	31-12-2021	
Remunerações do pessoal	595.116,15	602.448,48	-1,22%
Encargos sobre remunerações	132.394,30	130.791,36	1,23%
Seguros acidentes trabalho	6.539,11	5.520,56	18,45%
Indemnização	2.605,48	-	-
Outros gastos com o pessoal	2.291,83	4.295,00	-46,64%
Total	738.946,87	743.055,40	-0,55%

Número médio de funcionários	58	60	-3,33%
-------------------------------------	-----------	-----------	---------------

25 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2022	31-12-2021	
Rendimentos Suplementares	1.867,35	-	-
Consignação de IRS	2.038,96	540,86	276,98%
Desconto P.P.obtidos	267,77	65,87	306,51%
Outros não especificados	642,41	-	-
Total	4.816,49	606,73	693,84%



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signature and initials in blue ink.

26 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2022	31-12-2021	
Impostos	254,42	253,16	0,50%
Outros encargos	1.242,80	168,61	637,09%
Total	1.497,22	421,77	254,98%

27 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	31-12-2022	31-12-2021	
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	4.912,90	5.500,06	-10,68%
Total	4.912,90	5.500,06	-10,68%

28 CUSTO MÉDIO UTENTES

Descrição	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	LAR
Total de encargos	118.761,43	78.705,63	591.998,16
Número médio de utentes	17	11	45
Custo anual por utente	6.985,97	7.155,06	13.155,51
Custo médio mensal por utente	582,16	596,25	1.096,29

Descrição	Creche	Jardim	ATL
Total de encargos	108.611,39	72.647,86	61.197,17
Número médio de utentes	25	20	34
Custo anual por utente	4.344,46	3.632,39	1.799,92
Custo médio mensal por utente	362,04	302,70	149,99



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

29 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A Direção propõe que o Resultado Líquido Negativo de 10.133.10 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

A manutenção da Guerra na Ucrânia tem tido um efeito negativo a nível mundial, resultando num aumento anormal dos preços de muitas matérias primas e outros materiais. O mundo depara-se com uma guerra que irá certamente fazer antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2023. A escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza, torna difícil avaliar a dimensão dos seus impactos diretos e indiretos, e, como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor.

No entanto e tendo em conta a atividade a desenvolver em 2023, é expetativa da direção que os impactos terão efeitos muito significativos. No entanto, dada a incerteza, a direção não está em condições de fornecer informação económica e financeira exata, sobre o impacto nos gastos da Instituição.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe ainda muito incerteza sobre o futuro desenvolvimento da situação. Nesta data a Direção informa que não existem indicadores de que as atividades da instituição venham a ser interrompidas, e por isso, entendemos que não está em causa a continuidade da Instituição.

DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIREÇÃO

A Direção aprovou as demonstrações financeiras em _____

Contabilista Certificado	Presidente	Vice Presidente	Secretário	Tesoureiro	Vogal
 Jose Damasceno Inscrito na OCC sob o n.º 1589	 António Manuel Cardoso Marques	 José Albino de Matos	 Gonçalo Alberto da Silva Oliveira	 Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar	 Ana Maria Santos Louro